


■ DOSSIÊ - ARTIGOS

■ Saúde mental docente na pandemia e pós-pandemia da covid-19: análise de políticas públicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Teaching Mental Health in the Covid-19 pandemic and post-pandemic: analysis of Secretariat of Education of the Federal District public policies

 Ana Maria Bastos de Carvalho*
Katilen Machado Vicente Squarisi**

Recebido em: 26 dez. 2023
Aprovado em: 20 fev. 2024

Resumo: Este estudo tem como objetivo apresentar e analisar as Políticas Públicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) voltadas para a Saúde Mental dos professores, principalmente no período da pandemia e pós-pandemia de covid-19. Trata-se de um artigo resultante de pesquisa bibliográfica e análise documental nos documentos da SEEDF, além de produções científicas publicadas entre 2009 e 2023 desenvolvidas no Brasil com esta temática. Ações preventivas voltadas para a saúde mental norteiam esta discussão, considerando um tema de relevância social, mas que, na pandemia, se tornou ainda mais elementar para a saúde do corpo docente, pois diante do contexto de incertezas iminentes, a saúde mental foi impactada resultando no adoecimento destes profissionais. A SEEDF, por meio da Assessoria de Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho (ASQVT), vinculada à Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGEP), possui a competência de realizar ações que visam a promoção do bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho destes profissionais. Algumas ações já eram realizadas, entretanto, foi a partir do adoecimento crônico da categoria, principalmente por transtornos psíquicos, que houve um planejamento e implementação de ações mais abrangentes. Estas ações estão respaldadas pela Política de Qualidade de Vida, Saúde e Bem-Estar para Servidores Públicos da SEEDF no Ambiente de Trabalho e para Servidores Aposentados. O estudo possibilitou apresentar como os elementos estão interligados e que não podemos desconsiderar os contextos social, político, econômico e cultural diante deste fenômeno tão discutido nas rodas de conversa formais e informais.

Palavras-chave: Saúde Mental. Educação e Trabalho. Professores. Pandemia. Políticas Públicas.

Abstract: This study aims to present and analyze the Public Policies of the State Department of Education of the Federal District (SEEDF) focused on the Mental Health of teachers, especially during the covid-19 pandemic and post-pandemic period. This is an article resulting from bibliographical research and documentary analysis of SEEDF documents, as well as scientific productions published between 2009 and 2023 developed in Brazil with this theme. Preventive actions aimed at mental health guide this discussion, considering a topic of social relevance, but which in the pandemic has become even more elementary for the health of teaching staff, as in the context of imminent uncertainties, mental health was impacted resulting in the illness of these professionals. SEEDF, through the Quality of Life and Wellbeing at Work Advisory (ASQVT), linked to the Subsecretariat for People Management (SUGEP), has the competence to carry out actions aimed at promoting well-being and quality of life in the work environment. work of these professionals. Some actions were already carried out, however, it was due to the category's chronic illness, mainly due to psychological disorders, that more comprehensive actions were planned and implemented. These actions are supported by the SEEDF Quality of Life, Health and Wellbeing Policy for Public Servants in the Workplace, and for Retired Servants. The study made it possible to present how the elements are interconnected and that we cannot disregard the social, political, economic and cultural contexts in the face of this phenomenon that is so discussed in formal and informal conversation circles.

Keywords: Mental health. Education and Work. Teachers. Pandemic. Public policy.

* Ana Maria Bastos de Carvalho é psicóloga clínica com especialização em Gestão de Pessoas, Análise do Comportamento. Pós-graduada em Educação Básica e Direitos Humanos na Perspectiva Internacional – EBDHI. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: anamaria.carvalho2103@gmail.com.

** Katilen Machado Vicente Squarisi é doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), Orientadora Educacional da SEEDF, professora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/Lelis) da UnB. Contato: katilensquarisi@gmail.com.

Introdução

O mundo recebeu ao final de 2019 uma notícia que provocou uma verdadeira mudança no comportamento de todos, a descoberta de um novo vírus, o coronavírus (SARS-CoV-2), com grande potencial pandêmico. O surgimento deste vírus mobilizou e alterou o modo e a maneira de viver e se relacionar de todas as pessoas, principalmente em relação ao aspecto social, visto que, a sua transmissão acontecia por meio do contato entre os indivíduos.

A pandemia da covid-19, amplamente conhecida, teve repercussões graves nos sistemas de saúde, na economia, na sociedade em geral. Todos foram atingidos de certa forma por esse vírus desconhecido, obrigando-nos a conviver e ter medo do invisível. Além das consequências físicas, chegando até mesmo a óbitos, a pandemia gerou uma persistente sensação e percepção de medo, refletindo negativamente na saúde mental de muitos indivíduos. Foram observados e relatados casos de ansiedade devido à incerteza em relação ao futuro, bem como de depressão decorrente do isolamento social. Além disso, o confinamento em casa levou algumas pessoas a iniciar ou aumentar o consumo de bebidas alcoólicas, medicamentos ou drogas ilícitas, como uma forma de buscar alívio ou escapar da dura realidade imposta pela pandemia.

Outros comportamentos foram desenvolvidos ou intensificados, como o aumento das compras via *e-commerce*, modalidade impulsionada pela necessidade de adquirir bens e serviços de forma remota, dada a restrição de contato físico e as limitações impostas aos estabelecimentos comerciais tradicionais. Esse fenômeno reflete uma adaptação às novas condições de vida estabelecidas pela pandemia, transformando os hábitos de consumo e incentivando a utilização de plataformas *online* para realizar compras. Tal comportamento resultou no crescimento do endividamento dos indivíduos, um aspecto que também coloca em risco a saúde mental. Outro ponto a ser considerado foi o convívio prolongado dentro dos lares, o que pode ter intensificado a possibilidade de desajustes na dinâmica familiar, refletindo em consequências negativas para a saúde mental do indivíduo e seus pares.

Para Ramos-Oliveira e Senra (2021), este contexto repercutiu significativamente nos sistemas de educação, bem como em outras áreas, alterou o modo como professores e estudantes vivenciavam a aprendizagem. Mesmo considerando a dinamicidade do trabalho do professor, naquele momento, estes profissionais se compararam com o desconhecido em que eles próprios estavam inseridos e sendo exigidos a darem respostas a questões nunca experienciadas ou estudadas. Essas experiências, de insegurança, medo e desconhecimento,

vividas pelos profissionais, foram fortes indicadores para o adoecimento, principalmente quando falamos sobre saúde mental.

À vista disso, uma ação sugerida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) foi o isolamento social, cidades desertas, escolas fechadas e a orientação para que todos permanecessem em suas casas, porém o mundo precisava continuar funcionando. Num primeiro momento, não se sabia muito o que fazer, mas algumas possibilidades foram sendo visualizadas.

Considerando o momento pandêmico e ainda a época, a ausência de protocolos e uma condução mais adequada pela comunidade científica em relação ao tratamento, a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Federação Internacional da Cruz Vermelha (IFRC) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) emitiram orientações com o objetivo de orientar e proteger as crianças e escolas do vírus. Por se tratar de uma transmissão via contato social, foi necessário o fechamento de escolas, o que exigiu das autoridades orientações e recomendações que provocassem o menor impacto negativo no aprendizado e no bem-estar das crianças. Sendo assim, foi necessário a elaboração de planos e estratégias que favorecessem a continuidade do aprendizado. Este comitê sinalizou então a possibilidade do ensino remoto, ou seja, o uso da internet para a continuidade das aulas (OMS, 2020).

Diante desse contexto, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o Parecer nº 5/2020 que se referiu à "reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19" (Brasil, 2020). O supramencionado parecer traz, em seu texto, orientações sobre o trabalho remoto, bem como as possíveis formas de avaliação pela internet. Tal decisão do conselho impactou diretamente na reorganização do trabalho docente que, como todos, também estava vivendo toda a pandemia.

Sendo assim, os professores, de repente, passaram a ensinar por meio de telas, e se viram desafiados a desenvolver novas habilidades, aprendidas e executadas simultaneamente. Seu ambiente privado, de descanso, foi tomado pelo ambiente de trabalho, surgiram inúmeras reuniões virtuais, grupos de mensagens para atender pais e estudantes com dificuldades, pressão da família e dos gestores, ambiente de confinamento, muitos fatores desafiadores que contribuíram por desencadear um processo de adoecimento mental.

Ramos-Oliveira e Senra (2021), relatam a escassez de estudos sobre a saúde dos professores no período da pandemia da covid-19 no contexto brasileiro, mas apresentam o resultado de uma pesquisa realizada em uma instituição pública do estado de São Paulo, que versa

sobre os aspectos emocionais de estudantes e professores e a presença de emoções distintas, destacando-se a frustração, o medo e a tristeza.

Daí a relevância desse estudo, uma vez que apresenta e analisa as políticas públicas voltadas ao bem-estar e saúde mental dos professores da SEEDF no período neo e pós-pandêmico, compreendendo que tais políticas são importantes em todo o processo, contudo, tal importância ficou mais evidenciada neste período tão confuso e ameaçador.

Além disso, autores como Araújo e Joazeiro (2022) apontam a importância de se considerar a conjuntura política, social e econômica que estamos vivendo, considerando o modelo capitalista que contribuiu para perdas significativas em relação aos direitos dos cidadãos. Entre estes direitos, encontra-se o da saúde de qualidade, aspecto que foi impactado pela pandemia da covid-19. Estes autores salientam a importância de se construir políticas públicas visando o fortalecimento de direitos historicamente conquistados.

A literatura apresenta alguns trabalhos, como o de Caçapava, Colvero e Pereira (2009), no qual foi realizado um estudo no sentido de identificar estratégias de produção de cuidado em saúde mental de um Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO), serviço da rede de atenção à saúde mental do município de São Paulo. Este trabalho visa conhecer o alinhamento às políticas de saúde mental e promoção da saúde, verificando as potencialidades da interação entre elas, no cotidiano das práticas de saúde.

O estudo foi possível considerando a trajetória histórica da pesquisadora na SEEDF. Ingressou no órgão pela sua formação no ensino médio em Magistério, atuando inicialmente com os anos iniciais, com a conclusão da graduação em Psicologia, habilitações em Licenciatura e formação em Psicologia. Teve a oportunidade de atuar em diversas áreas na SEEDF, como na docência nos Anos Iniciais e na Educação Profissional, compondo o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, atuando na área administrativa na extinta Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor (DISER), na qual estava inserida a Gerência de Apoio e Desenvolvimento de Pessoas (GADEP), que atuava no planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento dos servidores, participando da elaboração do Caderno de Ações 2019/2022¹.

Portanto, este artigo, além de apresentar as políticas públicas da SEEDF direcionadas à saúde mental do corpo docente no período pandêmico e pós-pandêmico da covid-19, tem também a intenção de mostrar a saúde mental como um direito humano, garantido constitucionalmente.

1. Metodologia

Esta pesquisa apresenta como metodologia a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2017), toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.

A pesquisa bibliográfica é fundamental no trabalho científico, pois vai sendo construída a partir de levantamentos teóricos já realizados, permitindo ao pesquisador conhecer e contribuir no que já foi estudado sobre o assunto, buscando meios que sejam favoráveis aos objetivos do estudo (Fonseca, 2002; Gil, 2002 *apud* Meneses; Araújo; Rodrigues, 2021).

A escrita desse estudo foi conduzida mediante uma investigação de artigos, publicações e trabalhos acadêmicos pertinentes ao tema “Saúde Mental e Professores em tempos de Pandemia”, abrangendo o período de 2018 a 2024. Os descritores utilizados foram: Saúde Mental, Educação e Trabalho, Professores, Pandemia e Políticas Públicas. Para esta busca, foram consultadas as bases de dados reconhecidas, como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o Google Acadêmico e os Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), por se tratar de bases relevantes para a área da saúde e educação. Além disso, foram examinados arquivos públicos e documentos oficiais, incluindo leis e decretos disponíveis na página oficial da SEEDF. As categorias de análise permearam temáticas envolvendo: Saúde Mental e Direitos Humanos; a relação entre Saúde Mental e o Trabalho Docente; e as Políticas Públicas da SEEDF para a promoção da Saúde Mental.

2. Saúde Mental e Direitos Humanos

Falar sobre Saúde Mental, principalmente após o período pandêmico, se tornou assunto comum em ambientes familiares, profissionais e escolares, daí a relevância de se discutir sobre uma temática que afeta diversas áreas da vida de qualquer indivíduo. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde mental é “um estado de bem-estar em que o indivíduo realiza suas capacidades, supera o estresse normal da vida, trabalha de forma produtiva e frutífera e contribui de alguma forma para sua comunidade” (OMS, 2019, n.p). Segundo dados da OMS, em 2019 cerca de um bilhão de pessoas viviam com algum transtorno mental e tais números são ainda maiores quando olhamos para o período pandêmico por qual passou a humanidade. Em resumo científico, disponibilizado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OMS, 2024) e apresentado pela OMS, a porcentagem de transtornos como a depressão e a ansiedade aumentou em 25% no primeiro ano de pandemia. Para Santos et al. (2018), desde os

anos de 1990, a saúde mental no Brasil tem passado por um processo de mudanças, consequências do Movimento de Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica, no qual o principal objetivo foi construir um modelo de atendimento que compreendesse e respeitasse o indivíduo como ser humano. As mudanças se pautaram no rompimento de um modelo tradicional e excludente visando um modelo que compreendesse a saúde mental como uma política de garantia de direitos e dignidade do indivíduo com transtornos mentais, entendendo que a responsabilidade deve ser compartilhada com Estado, sociedade e família.

As mudanças ocorridas partiram por entender que saúde consiste num bem-estar físico, mental e espiritual e que o acompanhamento adequado de indivíduos com transtornos mentais deve ser humanizado, considerando a individualidade e as necessidades de cada um, evidenciando o protagonismo de todos os envolvidos no processo.

Partindo do pressuposto de que todos merecem ser tratados como seres humanos com direitos garantidos, a Constituição de 1988 traz, em seu artigo 5º, o princípio de que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988).

Esse documento foi instituído para assegurar, através de garantias constitucionais, maior efetividade aos direitos fundamentais, inerentes a todos os que vivem no Brasil. Além dessa lei fundamental e suprema, ainda existe a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que versa sobre os direitos fundamentais de qualquer ser humano.

Para Santos et al. (2018), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 10 de dezembro de 1948, descreve que:

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (ONU, 1948, p. 6).

Além de se reportar à saúde de maneira geral, a DUDH refere-se ao cuidado e atenção em relação à saúde mental do indivíduo, entendendo-se esta como um direito do ser humano e que deve ser garantido em conformidade com o que rege a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de

transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental:

Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra (Brasil, 2001).

Segundo Zanella (2019), é importante entender a relação existente entre saúde mental, a política de saúde mental e os direitos humanos. Para a autora, os direitos humanos atravessam todos os indivíduos e as políticas públicas, princípio este assegurado pela Constituição de 1988, no qual remete sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito.

Conforme apresentado anteriormente, cabe reafirmar que os direitos humanos são todos os direitos individuais fundamentais, como moradia, educação, trabalho, lazer, saúde, entre outras necessidades, além de direitos econômicos e direitos políticos. E em se tratando destes direitos, a pessoa com transtorno mental faz jus a um tratamento digno em relação à sua saúde mental, assim como todos os direitos resguardados a qualquer outro cidadão, respeitando suas necessidades e a integração com a família e a comunidade (Zanella, 2019).

Portanto, ao compreender o indivíduo em sua totalidade, aspectos biológicos, sociais, culturais, psicológicos e espirituais, esses são considerados em sua relação com o trabalho? Tal relação é pautada na satisfação, bem-estar ou numa sensação de sofrimento? Esse sofrimento tende a promover o adoecimento que impacta negativamente sua saúde física bem como sua saúde mental?

3. A relação entre saúde mental e o trabalho docente

A relação entre trabalhador e trabalho é objeto de estudo de vários pesquisadores. Existem trabalhos que datam dos anos 50, entretanto, foi com Christophe Dejours, psiquiatra francês, em 1980 que se obteve uma nova abordagem sobre a relação entre trabalho e sofrimento psíquico (Vasconcelos; Faria, 2008).

Diversos estudos sinalizaram a existência de relações entre adoecimento psíquico e o surgimento também de sintomas físicos, bem como a adoção de comportamentos estranhos, intitulados de estratégias defensivas, além de identificar o aumento no consumo de bebida alcoólica por parte desses trabalhadores, bem como substâncias psicoativas ilícitas e o uso abusivo de medicamentos e automedicação. A teoria de Dejours

foi intitulada de “Psicodinâmica do Trabalho”, que teve como objeto de estudo as dinâmicas da relação do sujeito com a organização do trabalho que poderiam contribuir para o adoecimento mental.

Segundo Vasconcelos e Faria (2008), números do Laboratório de Saúde do Trabalhador da Universidade de Brasília (UnB) evidenciaram um aumento de 260% do número de afastamentos por doenças mentais entre os anos de 2000 e 2006. Este aumento significativo estimula pesquisadores a estudarem e compreenderem este fenômeno que possui consequências pessoais, sociais e econômicas significativas, considerando que estes trabalhadores se ausentaram de seus ambientes de trabalho por, muitas vezes, tempo indeterminado e quando voltam, podem não desempenhar suas funções tão bem quanto as faziam.

Contribuindo com esta discussão, Pereira, Santos e Manenti (2020) relatam que o mundo do trabalho vem provocando transformações impactantes na vida do trabalhador. As relações entre empregadores e empregados estão cada vez mais frágeis, as condições de trabalho degradantes, além de conviver com as exigências de um mundo globalizado com foco no desempenho e produtividade, aliado a isso, tem-se a revolução tecnológica e suas constantes atualizações. Este cenário não é diferente na docência, uma vez que há sobrecarga de trabalho, salas de aula lotadas, aspectos estes que acabam por contribuir para o adoecimento mental de muitos profissionais.

Tostes e Albuquerque (2018), ainda relatam que a desvalorização do trabalho docente perpassa por uma infinidade de fatores como os baixos salários, horas de trabalho em excesso, salas de aula com um número excessivo de estudantes, perda de garantias trabalhistas, sucateamento da escola, fragilização das relações entre família e escola, sentimento de responsabilidade pelo fracasso escolar, bem como o comportamento desrespeitoso por parte do grupo discente, fatores que influenciam significativamente na saúde do professor.

Corroborando para compreender esse fenômeno do adoecimento mental e o trabalho, Silva (2023) apresenta um resgate histórico desta relação entre a organização do trabalho e seu impacto na saúde do docente. Segundo a autora, estudos datados de 1981, realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em relação às condições de trabalho desta categoria, já sinalizavam que os professores sofriam pressão e tensão psicológica, considerando o quadro de estresse que a profissão desencadeia quando comparados a outras ocupações.

E adicionando a estes aspectos citados, surgiu, em 2019, um fator desconhecido: o vírus SARS-COV-2 (Coronavírus) que intensificou ou promoveu o desenvolvimento de sinais e sintomas relacionados ao adoecimento

mental, visto que, inicialmente o desconhecimento do prognóstico e as incertezas exigiram dos professores a necessidade da reorganização de todo o seu trabalho.

Muitos profissionais, diante desse quadro tão inseguro e desconhecido, acabaram desenvolvendo quadros recorrentes de ansiedade, desmotivação, desânimo, relato de sobrecarga de atividades, além da busca, necessidade e exigências de alterar e reorganizar seu fazer pedagógico. Mais do que apenas a observação destes comportamentos, existem estudos que evidenciam o adoecimento do corpo docente sinalizado pelas incertezas, estresse, ansiedade e depressão, caracterizando um quadro denominado de síndrome do esgotamento profissional (*Burnout*) (Ramos-Oliveira; Senra, 2021).

É evidente que não podemos analisar as consequências da covid-19 isoladamente, Araújo e Joazeiro (2022) apresentam um panorama do contexto político, social e econômico que contribuíram para o adoecimento da saúde mental brasileira, quando retratam os desafios encontrados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo assim, a crise sanitária provocada pela pandemia apenas escancarou as desigualdades existentes no país.

Um estudo realizado por Vasconcelos e Faria (2008), em uma instituição de ensino superior da iniciativa privada, buscou identificar a percepção dos trabalhadores e gestores sobre o sofrimento próprio e o alheio, sobre a relação da incidência de psicopatologias com o modo de gestão da organização e sobre a gestão de saúde adotada pela organização. Para estes autores, de acordo com o manual *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*, publicado pelo Ministério da Saúde, em 2021, as doenças mentais foram agrupadas, destacando-se: o alcoolismo crônico, episódios depressivos, estados de estresse pós-traumáticos, neurastenia (síndrome da fadiga crônica), neurose profissional, transtornos do sono e sensação de estar acabado (síndrome de *Burnout* e a síndrome do esgotamento profissional).

Ainda para estes autores, de maneira ampla, pode-se definir saúde mental, do ponto de vista clínico, pela presença ou ausência de sintomas relacionados ao mau funcionamento psíquico com alterações da personalidade, do pensamento, da percepção, da memória, da inteligência, entre outras. Entretanto, vale ressaltar que a ausência de sintomas não é um fator determinante de saúde mental, compreendendo esta em sua amplitude e complexidade, pois muitas vezes, é necessária uma “escuta sensível” do que está sendo dito e sentido, e que não se manifesta pelos sintomas encontrados nos manuais diagnósticos.

Por fim, Tostes e Albuquerque (2018) elencam vários fatores, como formação docente deficitária, a não valorização profissional, a ampliação das funções da escola, relação conflituosa entre estudantes, família e

professores, baixos salários, entre outros, além de citar a precariedade das condições de trabalho destes profissionais como um dos fatores de risco que contribuem para o adoecimento mental desses profissionais.

Portanto, vale pensar em políticas públicas que promovam em alguma instância o bem-estar, a saúde e a satisfação daqueles que se propõem a desenvolver seu trabalho, pensando na formação do sujeito como um ser ativo e participativo da sociedade.

4. Políticas Públicas da SEEDF para a promoção da saúde mental

Partindo do estudo e reflexão do material já publicado sobre a importância de políticas públicas voltadas para a promoção de saúde e saúde mental, a exemplo do desenvolvido por Caçapava, Colvero e Pereira (2009), que nos faz refletir sobre as potencialidades da interação entre a saúde mental e a promoção da saúde, tendo como suporte e legalidade os documentos publicados pelo Ministério da Saúde, a saber: “III Conferência Nacional de Saúde Mental: cuidar sim. Excluir, não”; “Política Nacional de Promoção da Saúde e Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção”; “Relatório de gestão 2003-2006” (Brasil, 2002, 2006, 2007), podemos compreender que promover a saúde inclui ações voltadas para o oferecimento de ambientes saudáveis e favoráveis ao desenvolvimento global de qualquer sujeito, onde ele pode fazer escolhas que favoreçam sua autonomia, independência e qualidade de vida. Estes aspectos precisam estar presentes quando se fala em promover um diálogo entre a promoção da saúde e a saúde mental, seja em uma comunidade específica ou qualquer ambiente laboral (Caçapava; Colvero; Pereira, 2009).

Outro trabalho relevante é o estudo intitulado “Cenário”, conduzido pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) em colaboração com o Instituto Cactus, que visa analisar e mapear os programas e políticas vigentes na área de saúde mental no Brasil até fevereiro de 2022. O adoecimento mental é reconhecido por suas implicações não apenas em nível individual, mas também por seus efeitos na sociedade como um todo. Tais repercussões incluem a diminuição da mão de obra qualificada, o aumento do desemprego, a interferência no processo de aprendizagem escolar, a ocorrência de óbitos prematuros, o comprometimento do desenvolvimento global das crianças, além dos custos diretos para os familiares (Instituto Cactus; Instituto Veredas, 2021). Nesse contexto, o estudo tem como objetivo central reunir informações que respondam à seguinte indagação: como está configurada a assistência à saúde mental no Brasil, no contexto do Poder Executivo? Isso inclui uma análise da estrutura dos serviços disponíveis e seu funcionamento.

Esse enfoque na estrutura e funcionamento dos serviços de saúde mental no âmbito do Poder Executivo é fundamental para compreendermos melhor as políticas e práticas em vigor no país e identificarmos possíveis lacunas ou áreas de melhoria. Ao abordar esse tema, o estudo busca contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na promoção da saúde mental e no enfrentamento dos desafios associados ao adoecimento psíquico na sociedade brasileira (IEPS, CACTUS, 2022).

Além disso, Caçapava, Colvero e Pereira (2009) realizaram um estudo numa comunidade de significativa vulnerabilidade social, onde a presença do desemprego, violência e baixa escolaridade são fatores primordiais para o adoecimento mental dos indivíduos. Isso nos dá ainda mais a certeza do papel fundamental das políticas públicas voltadas para a promoção de condições e ambientes que favoreçam o desenvolvimento e a constituição do sujeito como ser autônomo e independente. Contudo, para que isso aconteça, esse sujeito deve ter acesso a condições básicas de sobrevivência, de saúde e proteção.

O trabalho realizado pelo CECCO envolve o desenvolvimento de diferentes práticas e ações que contemplem a diversidade de saberes: artesanato, esporte, arte, convivência e trabalho entre os indivíduos. Esta heterogeneidade de pessoas, saberes, diagnósticos, dificuldades e facilidades busca ressignificar e reinventar as relações até então estabelecidas, excluindo uma visão de doença e exclusão da sociedade daqueles considerados “loucos”, tornando-os partícipes do processo e da sociedade. Este modelo de atendimento, no qual a interdisciplinaridade entre os indivíduos seria uma constante permite a superação do modelo biomédico de centralizador na doença e no uso de medicamentos para o atendimento de indivíduos com transtornos mentais em suas potencialidades. Tais ações envolveram a parceria e integralidade entre os serviços, ou seja, o Estado atuando e desenvolvendo políticas públicas que promovam a saúde mental, seja na sua proteção, promoção, prevenção e/ou recuperação do indivíduo.

A promoção da saúde mental, onde há interação articulada entre as instituições, segundo Caçapava, Colvero e Pereira (2009), se torna uma ação potente de fortalecimento à saúde integral do indivíduo, promovendo o desenvolvimento físico, mental, social e econômico dos envolvidos no processo.

O estudo acima contribuiu para compreendermos a importância que o ambiente de trabalho e a organização do trabalho possuem e impactam o sujeito. Estes podem apresentar-se como fatores de risco para a saúde mental, a organização do trabalho pode ser considerada como fator de fragilização mental, tornando assim as organizações como parte responsável pela saúde mental de seus trabalhadores (Vasconcelos;

Faria, 2008). Entendendo a parcela de responsabilidade das organizações institucionais pela saúde mental de seus colaboradores, não seria diferente na SEEDF, então, vale conhecer quais são as políticas públicas desta secretaria voltadas para a promoção da saúde mental para os seus servidores.

Ferreira (2022), apresenta um estudo voltado para a promoção de bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho. Essa temática tornou-se mais evidente na SEEDF, em decorrência do adoecimento crônico identificado na última década, principalmente em se tratando de doenças psíquicas, que, em muitos casos, levaram ao afastamento dos docentes, bem como o encaminhamento para um processo de readaptação funcional, por consequência de suas limitações temporárias ou permanentes de suas atividades laborais, o que exigia muitas vezes a substituição dos profissionais, visto que muitos estavam em regência de classe.

Segundo essa autora, em 2011 a SEEDF criou a Gerência de Acompanhamento dos Servidores com Limitação de Atividades (GEASLA), que estaria diretamente ligada ao gabinete da Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGEP), com o objetivo de oferecer assistência aos profissionais já readaptados, favorecendo uma condição mais adequada, bem como diminuir o sentimento de invisibilidade e exclusão em seus ambientes de trabalho, o que possivelmente estaria contribuindo para o agravamento do processo de adoecimento.

Diante do crescimento e da importância dada à saúde dos servidores, em 2015, a GEASLA foi extinta, sendo substituída pela Diretoria de Acompanhamento e Apoio ao Servidor (DISER), também no âmbito da SUGEP, ampliando assim o seu alcance. Esta gerência passou a desenvolver ações voltadas para a promoção de saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho aos servidores da SEEDF.

Lopes (2022), discorre sobre as diversas leis e decretos no âmbito do Distrito Federal que também chanceiam a necessidade de que os órgãos públicos ofereçam mecanismos que atuem na promoção da saúde e prevenção do adoecimento físico e mental; do bem-estar mental e social individual e coletivo; do aprimoramento e harmonização das relações profissionais; da realização e reconhecimento profissional; assim como da ampliação da competência profissional e melhoria dos processos de trabalho e dos serviços oferecidos (Distrito Federal, 1993; Distrito Federal, 2020; Distrito Federal, 2015; Distrito Federal, 2016; Distrito Federal, 2017; Distrito Federal, 2018a²; Distrito Federal, 2018b).

A Portaria nº 287/2018 traz em seu primeiro artigo a regulamentação da Política de Valorização, Promoção de Bem-estar e de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho de servidores e demais agentes públicos, norteadora dos programas, projetos e ações, no âmbito da

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). O artigo 7º dessa mesma portaria traz os objetivos da Política de Valorização, Promoção de Bem-estar e de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho de que trata esta Portaria³, sendo eles:

- I. Promoção da saúde: por meio de ações que propiciem um ambiente laboral adequado e que incentivem hábitos e atitudes com vistas ao alcance do equilíbrio entre bem-estar individual e coletivo, físico, psicológico e social;
- II. Redução do absenteísmo e presenteísmo: mediante construção de estratégias de enfrentamento desses fenômenos, que considerem os diversos atores envolvidos;
- III. Formação continuada: a partir de articulação com o EAPE e outros órgãos de formação, visando à valorização do servidor na perspectiva da promoção da saúde e do aperfeiçoamento do desenvolvimento de seu trabalho; e
- IV. Promoção de autonomia e participação: por meio da melhoria do ambiente organizacional e dos processos de trabalho, visando incentivar a corresponsabilidade, o envolvimento, a autonomia e a conscientização dos profissionais enquanto servidores do público (Distrito Federal, 2018b).

Considerando o grande avanço promovido pela Política de Valorização, Promoção de Bem-Estar e de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, normatizada em 2021, sinalizando a necessidade de planejar e realizar ações voltadas para o bem-estar dos servidores, algumas ações e programas tiveram sua implementação mesmo antes do período pandêmico.

A preocupação com a saúde do corpo docente se intensificou por analisar os altos índices de afastamento do trabalho, quer seja por absenteísmo ou presenteísmo. Estes dados foram obtidos por meio de uma pesquisa realizada no ano de 2018 intitulada *Saúde no Trabalho: a perspectiva do Servidor da SEEDF* (Lopes, 2022), que tratou sobre absenteísmo, presenteísmo, síndrome de *Burnout*, liderança ética e estratégias de enfrentamento, um trabalho realizado pela SEEDF em parceria com uma instituição particular de Ensino Superior (Centro Universitário de Brasília – UniCEUB). Os resultados apontaram vários aspectos, sejam externos (ambiente, estrutura, relações) ou internos do próprio indivíduo (motivação, resiliência, capacidade de enfrentamento), entre outros que impactam diretamente no desempenho e na saúde do profissional. A partir de então, foi elaborado um documento intitulado *Caderno de Ações - 2019/2022* que consigna ações de prevenção ao adoecimento e promoção à saúde dos servidores (Distrito Federal, 2018c⁴).

O planejamento destas ações pautou-se em dois eixos estruturantes, e foram organizadas e planejadas para acontecerem em curto, médio e longo prazos:

- Eixo Estruturante 1: gestores dos profissionais da Educação;
- Eixo Estruturante 2: profissionais da Educação (neste grupo, encontra-se o corpo docente).

Quadro 1. Ações voltadas para a Promoção de Saúde Integral

PROMOÇÃO DA SAÚDE INTEGRAL		
PRÉ-PANDEMIA	PANDEMIA	PÓS-PANDEMIA
Projeto Ativação Corporal	Projeto Ativação Corporal	Projeto Ativação Corporal
Projeto Sono Saudável	Projeto Sono Saudável	Projeto Sono Saudável
Programa Bem-Estar Vocal	Programa Bem-Estar Vocal	Programa Bem-Estar Vocal
Programa de Orientação para Aposentadoria (POA)	Programa de Orientação para Aposentadoria (POA)	Programa de Orientação para Aposentadoria (POA)
Programa de Educação Financeira	Programa de Educação Financeira	Programa de Educação Financeira
Programa para Servidores Ingressantes	Programa para Servidores Ingressantes	Programa para Servidores Ingressantes
	Projeto Nutri-SER	Projeto Nutri-SER
	Ciclo de Qualidade de Vida no Trabalho, Saúde Integral e Bem-Estar para Servidores Ingressantes	Ciclo de Qualidade de Vida no Trabalho, Saúde Integral e Bem-Estar para Servidores Ingressantes
	Programa Estações	Programa Estações
	Ciclo de Acolhimento aos servidores substitutos	Ciclo de Acolhimento aos servidores substitutos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Ferreira (2022), relata que mesmo diante deste cenário, sinalizado pelas pesquisas recentes sobre o adoecimento dos profissionais, os servidores atuantes nesta Diretoria foram surpreendidos pela sua extinção em mais uma reestruturação do organograma da SEEDF no ano de 2021. Para a continuidade das ações tão significativas para a promoção da saúde do servidor, foi criada a Unidade de Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho (UQVT), vinculada ao gabinete da SUGEP, bem como no mesmo ano foi elaborada a Portaria nº 281, de 10 de junho de 2021, que instituiu a Política de Qualidade de Vida, Saúde e Bem-estar para Servidores Públicos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal no Ambiente de Trabalho e para Servidores Aposentados (PQVT/SEEDF).

E então, em 2023, houve mais uma mudança na estrutura organizacional da SEEDF, onde a UQVT se tornou Assessoria de Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho (ASQVT), que tem como competência realizar ações visando a promoção do bem-estar e qualidade de vida no ambiente de trabalho do(a) servidor(a).

Ainda há muito a se desenvolver, quando se considera a grandiosidade e diversidade de unidades escolares na SEEDF, mas algumas ações estão sendo desenvolvidas atingindo toda a Secretaria. Há também ações mais regionalizadas, considerando a distribuição das unidades administrativas e escolares da rede, os objetivos destas ações e projetos estão voltados para áreas que provavelmente impactam a vida pessoal, bem como profissional de cada indivíduo.

Nos quadros 1 a 4⁵, é possível identificar ações voltadas para a saúde e o bem-estar do profissional de educação que já estavam sendo executadas pela SEEDF, bem como aquelas que foram implementadas durante e pós-período pandêmico.

Quadro 2. Ações voltadas para a Promoção de Saúde Mental

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL		
PRÉ- PANDEMIA	PANDEMIA	PÓS-PANDEMIA
Cuidados com a saúde mental	Cuidados com a saúde mental	Cuidados com a saúde mental
Palestras de qualidade de vida no trabalho	Palestras de qualidade de vida no trabalho	Palestras de qualidade de vida no trabalho
	Projeto Escuta Sensível e Vivências de Cantoterapia	Projeto Escuta Sensível e Vivências de Cantoterapia
	Projeto Gerenciamento de Estresse	Projeto Gerenciamento de Estresse
	Escuta Sensível e Expressões Criativas para Servidores Readaptados e PCDS	
		Projeto Clínica do Trabalho com os Gestores
		Ações de Posvenção
		Enlutados
		Projeto Intervenção em Crise e Plano de Paz nas Escolas

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Quadro 3: Ações voltadas para o Reconhecimento e Valorização

RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO		
PRÉ- PANDEMIA	PANDEMIA	PÓS-PANDEMIA
Projeto Para Além da Regência de Classe	Projeto Para Além da Regência de Classe	Projeto Para Além da Regência de Classe
Projeto Ser-Vir		Projeto Ser-Vir
	Projeto Banco de Boas Práticas em Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho	Projeto Banco de Boas Práticas em Qualidade de Vida e Bem-Estar no Trabalho
		Iniciativas Exitosas na Socioeducação
		Projeto ReconheSER
		Projeto Inspiração

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Quadro 4: Ações voltadas para orientações e encaminhamentos sobre a covid-19

CARTILHAS		
PRÉ- PANDEMIA	PANDEMIA	PÓS-PANDEMIA
	Protocolo de procedimentos em caso de servidores e/ou estudantes testarem positivo para covid-19	
	Para gerenciamento de estresse na pandemia da covid-19	
	Orientações para acolhimento de servidores na volta ao trabalho em tempos de pandemia da covid-19	
	Orientações de cuidado e autocuidado com a saúde física e mental em tempos de pandemia da covid-19	
	O isolamento social e suas repercussões na vida diária e na saúde mental	
	Atitudes positivas para a execução do teletrabalho: o que eu necessito saber?	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Entretanto, vale ressaltar, como apresenta Silva (2023), que a SEEDF tem se preocupado com o adoecimento de seus servidores, quando planeja e executa ações que promovam o bem-estar e a prevenção de doenças dos profissionais, mas esta mesma organização vive momentos de avanços e retrocessos, quando ainda precariza as condições de trabalho, intensifica a sobrecarga de trabalho, com inúmeras atividades, salas de aula com número excessivo de estudantes, entre outros. Portanto, é fundamental pensar em políticas públicas envolvendo instâncias superiores que possam realizar um planejamento a curto, médio e longo prazos, com a reorganização de ambientes, estruturas e do próprio trabalho em si.

Diante do exposto, cabe salientar que, apesar de a SEEDF planejar e executar políticas públicas direcionadas à saúde e bem-estar do corpo docente, tendo como foco o próprio indivíduo, muitas vezes estas ações não atingem seus objetivos propostos, seja pelo alcance ou pela dificuldade de acesso. Além disso, a descentralização destas ações é um ponto a ser considerado, pois a distância e as realidades das unidades escolares são muito diversas no Distrito Federal. Contudo, as políticas públicas não devem ser voltadas apenas para o indivíduo em si, as causas do adoecimento são multifatoriais, dentre estes, é fundamental pensar em políticas públicas direcionadas para a organização do trabalho, bem como as condições adequadas para o desenvolvimento das habilidades destes profissionais, o que passa pela valorização e reconhecimento da atuação e do trabalho desenvolvido.

Considerações finais

Compreender que a saúde mental é fundamental para qualquer cidadão, entender a sua dimensão é o primeiro passo para se pensar em ações planejadas

preventivas em qualquer instituição. As consequências do adoecimento mental não atingem apenas o indivíduo em si, mas alcança desde o sujeito, a sua família, o seu ambiente de trabalho, até o sistema de saúde.

Esse estudo possibilitou apresentar como os elementos estão interligados e que não podemos desconsiderar os contextos social, político, econômico, cultural e espiritual diante deste fenômeno, tão discutido nas rodas de conversa formais e informais.

A pandemia comprovou as desigualdades tão relatadas em pesquisas e equipamentos midiáticos, ressaltou as fragilidades do ser humano diante de um vírus invisível a olho nu e as discrepâncias entre as populações mais e menos abastadas. O reflexo disso pode ser comprovado no ambiente escolar, que também expôs a suscetibilidade do adoecimento docente, que já vinha dando sinais mesmo antes do momento pandêmico, mas que ficou comprovada naquele momento.

Portanto, atuar na promoção de políticas públicas voltadas para a promoção de saúde mental é pensar em ações a curto, médio e longo prazos que favoreçam o desenvolvimento do sentimento de bem-estar e realização. Ações que contemplem todos os envolvidos desta instituição do Estado, além de ações pontuais voltadas para o indivíduo, a organização do trabalho, o oferecimento de condições de trabalho favoráveis, bem como a valorização do profissional.

Vale ressaltar que esse estudo não se finda aqui, ainda há muito o que se pesquisar, discutir e elaborar por todos os atores envolvidos nesse processo, de caráter individual, social, organizacional, político e econômico, no sentido de acreditar que é possível pensar e vivenciar uma saúde mental coletiva. ■

Notas:

¹ Disponível em: Caderno_de_Ações-para-o-servidor-2019-2022-sugep.pdf (educacao.df.gov.br). Acesso em: 8 de maio de 2023.

² O Decreto nº 39.587, de 28/12/2018 foi revogado pelo Decreto nº 42.375, de 28 de dezembro de 2018.

³ Portaria nº 287, de 26 de setembro de 2018 (Distrito Federal, 2018b).

⁴ Caderno_de_Ações-para-o-servidor-2019-2022-sugep.pdf (educacao.df.gov.br). Acesso em: 8 maio 2023.

⁵ Descrição de todos estes materiais encontra-se disponível em: https://portaldeservicos.se.df.gov.br/?page_id=730.

Referências

ARAÚJO, Laína Jennifer Carvalho; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. Saúde mental em tempos de crise: desafios da e na atualidade. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 1, p. 425-441, 2022. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19599>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 maio 2023.

- BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. 2001. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/legislacaosaudemental2002completa.pdf>. Acesso em: 9 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 5, aprovado em 28 de abril de 2020.** Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 2 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **"Saúde mental no trabalho" é tema do Dia Mundial da Saúde Mental 2017, comemorado em 10 de outubro.** Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/saude-mental-no-trabalho-e-tema-do-dia-mundial-da-saude-mental-2017-comemorado-em-10-de-outubro/>. Acesso em: 9 maio 2023.
- CAÇAPAVA, Juliana Reale; COLVERO, Luciana de Almeida; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. A interface entre as políticas públicas de saúde mental e promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 446-455, jul./set., 2009. Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rvzbp7xdygbQyHQXns-Sfgmy/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Gestão de Pessoas. **Caderno de Ações 2019 - 2022.** Brasília, 2018. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wp-onteuodo/uploads/2019/04/Caderno_de_Ac%C3%B5es-para-o-servidor-2019-2022-sugep.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal, de 8 de junho de 2013.** Organiza os Poderes do Distrito Federal, estabelece suas competências, e dá outras providências. Brasília, 2013.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei 6.557, de 17 de agosto de 2020.** Estabelece diretrizes para a criação do Plano Emergencial para Enfrentamento da Covid-19 nas periferias e assegura a garantia de acesso a água e distribuição de kits com insumos básicos necessários à manutenção das condições de higiene e de saúde para prevenção do contágio e da disseminação da doença Covid-19 causada pelo coronavírus. Brasília, 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto 36.561, de 19 de junho de 2015.** Institui a Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor Público do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 2015.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 37.648, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Valorização de Servidores no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal. Brasília, 2016.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, 2017.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 39.587, de 28 de dezembro de 2018.** Institui os princípios e as diretrizes gerais para concepção, implantação e promoção de Política e Programas de Qualidade de Vida no Trabalho para os servidores da Administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, 2018a.
- DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 281, de 10 de junho de 2021.** Institui a Política de Qualidade de Vida, Saúde e Bem-Estar para Servidores Públicos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal no Ambiente de Trabalho e para Servidores Aposentados – PQVT/SEEDF. DODF nº 109, Seção 1, p. 4, 14 jun. 2021. Disponível em: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2021|06_Junho|DODF%20109%2014-06-2021|&arquivo=DO-DF%20109%2014-06-2021%20INTEGRA.pdf. Acesso em: 8 jun. 2023.
- DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 287, de 26 de setembro de 2018.** Regulamenta a Política de Valorização, Promoção de Bem-estar e de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho de servidores e demais agentes públicos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2018b. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/10d-66279c5d94385ac43a2cd95bb8d20/Portaria_287_26_09_2018.html. Acesso em: 8 jun. 2023.
- FERREIRA, Rosana Carneiro. Por uma abordagem sistêmica da Qualidade de Vida no Trabalho: a profissão docente em questão. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 9, n. 4, p. 79-89, 2022: Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/issue/view/36>. Acesso em: 6 maio 2023.
- IEPS, CACTUS. **Cenário das Políticas e Programas Nacionais de Saúde Mental.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2022/06/cenario-politicas-programas-nacionais-saude-mental-ieps-instituto-cactus.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2024.

OMS. [Organização Mundial da Saúde] **COVID-19: IFRC, UNICEF e OMS emitem orientações para proteger as crianças e apoiar operações escolares seguras.** Genebra, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/10-03-2020-covid-19-ifrc-unicef-and-who-issue-guidance-to-protect-children-and-support-safe-school-operations> COVID-19. Acesso em: 30 abr. 2023.

INSTITUTO CACTUS; INSTITUTO VEREDAS. **Caminhos em Saúde Mental.** 2021. Disponível em: https://www.veredas.org/wp-content/uploads/2021/06/LivroDigital_CaminhosSaudeMental_Final.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024.3

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Khrrisley Guimarães de Oliveira. A busca pela qualidade de vida do trabalhador da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – registro histórico. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal** v. 9, n. 4, p. 90-102, 2022. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/issue/view/36>. Acesso em: 6 maio 2023.

MENESES, José Marques; ARAÚJO, Antônia Silva; RODRIGUES, Lídia Azevedo de Menezes. A saúde mental dos professores no cenário de pandemia, em Sobral – CE. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5993>. Acesso em: 2 abr. 2023.

OMS. [Organização Mundial da Saúde]. Organização Pan-Americana de Saúde. **OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção.** Genebra, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>. Acesso em: 9 maio 2023.

OMS. [Organização Mundial da Saúde]. Organização Pan-Americana de Saúde. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>. Acesso em: 12 fev. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Paris, 1948.

PEREIRA, Hortênsia Pessoa; SANTOS, Fábio Viana; MANENTI, Mariana Aguiar. Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: os impactos das atividades remotas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 26-32, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3986851. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/74>. Acesso em: 26 jun. 2023.

RAMOS-OLIVEIRA, Diana; SENRA, Luciana Xavier. Impacto do Sars-Cov-2 (COVID-19) na cognição social e saúde mental de professores brasileiros. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. 8, n. 2, p. 282-300, 2021. Universidade da Coruña Espanha. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6952/695273823008/html/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SANTOS, Aline Brauna dos; SILVA, Grayceane Gomes da; PEREIRA, Maria Erica Ribeiro; BRITO, Roberta Sampaio de. Saúde mental, humanização e direitos humanos. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, [S. l.], v. 10, n. 25, p. 1-19, 2018. DOI: 10.5007/cbsm.v10i25.69595. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/69595>. Acesso em: 8 mai. 2023.

SILVA, Noelma. A gestão do bem-estar dos profissionais da educação na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: entre a qualidade de vida e a precarização das condições de trabalho. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal** v. 10, n. 1, p.36-43, mar. 2023. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/issue/view/36>. Acesso em: 8 jun. 2023.

TOSTES, Maiza Vaz; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti; SILVA, Marcelo José de Souza; PETERLE, Ricardo Rasmussen. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 87-99, 2018.

VASCONCELOS, Amanda de; FARIA, José Henrique de. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 453-464, 2008.

ZANELLA, Fernanda Meneguim. **Direitos Humanos e Saúde Mental: um debate necessário**, 2019. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, Paraná, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4960/TCC%20FERNANDA%20M.%20ZANELLA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 8 maio 2023.